



## PARTE H

### CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Aviso n.º 6859-A/2007

#### Alteração ao loteamento do prédio n.º 241, secção D, em Santo Agostinho, Moura

José Maria Prazeres Pós-de-Mina, presidente da Câmara Municipal de Moura, torna público, em cumprimento do deliberado pelo executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 28 de Março, e para os efeitos previstos no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que se encontra em apreciação pública, para recolha de sugestões pelo período de 15 dias úteis, contados após o decurso de 8 dias tam-

bém úteis da publicação deste aviso no *Diário da República*, a alteração ao loteamento em epígrafe, nomeadamente a possibilidade de instalação de equipamento indiferenciado no lote 39 do referido loteamento, podendo o processo ser consultado na Secção Administrativa do Departamento Técnico da Câmara, todos os dias úteis durante o horário de funcionamento dos serviços ao público, das 9 às 16 horas.

As eventuais observações sobre a alteração ao referido loteamento deverão ser feitas por escrito e dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Moura no prazo referido.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais públicos do costume.

3 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Maria Prazeres Pós-de-Mina*. 2611004236



## PARTE I

### ÓRGÃOS DE SOBERANIA

#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

#### ANÚNCIO DE CONCURSO

##### SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

##### I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:  
Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.  
Endereço postal:  
Rua do Ouro, 6.  
Localidade:  
Lisboa.  
Código postal:  
1149-019.  
País:  
Portugal.  
Pontos de contacto:  
Unidade de Compras do Ministério da Justiça.  
À atenção de:  
Júri do concurso — CP/04/2007/UCMJ — material de escrita.  
Telefone:  
213222300.  
Fax:  
213222561.  
Correio electrónico:  
compras\_mj@sg.mj.pt.  
Endereços Internet:  
Endereço geral da entidade adjudicante (URL):  
<http://www.sg.mj.pt>.  
Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:  
V. «Pontos de contacto».  
Caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um sistema de aquisição dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço:  
Outro: preencher anexo A.II.  
As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço:  
V. «Pontos de contacto».

I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES  
Ministério ou outra autoridade nacional ou federal, incluindo as respectivas repartições regionais ou locais.

Outro: Ministério da Justiça.

A entidade adjudicante está a contratar por conta de outras entidades adjudicantes:  
Não.

##### SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

##### II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:  
CP/04/2007/UCMJ — material de escrita.

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

b) Fornecimentos.

Compra.

Principal local de entrega: Portugal continental e ilhas, moradas indicadas no anexo B.

II.1.3) O anúncio implica:

Um contrato público.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:

Aquisição de material de escrita até ao final de 2007 para os diversos organismos do Ministério da Justiça mencionados no anexo B do caderno de encargos.

II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):  
Objecto principal.

Vocabulário principal: 30192000.

II.1.7) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Público (ACP)?  
Não.

II.1.8) Divisão em lotes:

Não.

II.1.9) São aceites variantes:

Não.

##### II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONTRATO

II.2.1) Quantidade ou extensão total

Aquisição de material de escrita de acordo com as quantidades mencionadas no anexo A do caderno de encargos.

##### II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO PARA A SUA EXECUÇÃO

Com início em 01/06/2007 e conclusão em 31/12/2007.

##### SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

##### III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas:

5% do montante total do contrato, com exclusão do IVA.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam:

Nos termos do artigo 4.º do caderno de encargos.

III.1.3) Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos adjudicatário:

Consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.

III.1.4) Existem outras condições especiais a que está sujeita a execução do contrato:

Não.

##### III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Situação pessoal dos operadores económicos, nomeadamente requisitos em matéria de inscrição nos registos profissionais ou comerciais:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos: Não podem participar no procedimento as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

III.2.4) Contratos reservados:

Não.